

CADMO

Revista do Instituto Oriental
Universidade de Lisboa

13

東方學研究所
東方學研究所

Nesta obra James Allen, que reconhece o quanto deve aos manuais deste género anteriormente publicados, presta uma notável contribuição aos estudos de Egiptologia relacionados com a língua e a escrita hieroglífica, aumentando qualitativamente o número de gramáticas de egípcio clássico à disposição dos interessados — que são muitos.

Luís Manuel de Araújo

AUDE GROS DE BELER, *Os Faraós*, Lisboa, Centralivros — Gama Editora, 2001, 134 pp., ISBN 972-791-030-0

Este álbum, profusamente ilustrado, começa com um prefácio de Aly Maher El-Sayed, embaixador do Egipto em França (p. 9), seguindo-se o primeiro dos seis capítulos em que a obra está dividida: «O Nilo, um vale fértil» (pp. 12-27), abordando os três mil anos de história do Egipto e apresentando o rio Nilo com as suas fontes, as cheias e as barragens que nele foram erigidas. Debruça-se sobre os problemas de datação e evoca em breve síntese as trinta dinastias da periodização clássica, mas introduz depois uma XXXI dinastia (a segunda dominação persa) o que não está em acordo com a maioria das listas dinásticas usadas pelos egiptólogos. Trata ainda da expedição napoleónica de 1798 e dos seus resultados, de Champollion e a Pedra de Roseta (incluindo aqui dois quadros, um sobre a vida de Champollion outro sobre os hieróglifos) e a paixão «egiptomaníaca».

O capítulo seguinte apresenta «O faraó, deus incarnado» (pp. 28-43), com os seus atributos e funções, os palácios reais, as histórias de conluios, o faraó como chefe da administração, como filho e servidor dos deuses, como chefe guerreiro, e as rainhas do Egipto. Neste passo carece de fundamento sólido a ideia da Autora que põe Hatchepsut e Tutmés III a reinar em conjunto (o que teoricamente ocorreu), sendo a rainha então a «responsável pelos assuntos comerciais e administrativos» e o jovem rei «pelas questões militares». Inserido no capítulo estão dois quadros, um apresentando a formação do nome real (p. 30) e outro com uma lista de grandes figuras reais do Império Novo (p. 42).

O terceiro capítulo trata de «Deuses, crenças e ritos» (pp. 44-59), abrindo com as divindades do panteão egípcio, as cosmogonias e lendas, os deuses protectores da realeza, as divindades funerárias, as divindades complementares, os ritos e crenças, a prática da mumificação, as crenças e cultos funerários.

Segue-se um capítulo versando sobre «A sociedade, homens e ciências» (pp. 60-75), que inclui as diferentes classes sociais, começando com a apresentação dos vizires e os governadores provinciais (aqui designados pela forma grega de «nomarcas»), depois o clero e o exército, os escribas e artesãos, os camponeses, a vida e os costumes em Deir el-Medina, e por fim as ciências (com um quadro sobre as matemáticas egípcias).

«Os túmulos e tesouros dos faraós» (pp. 76-95) abre com o registo de um longo e rico percurso que vai das pirâmides ao Vale dos Reis, descrevendo o inovador complexo funerário de Djoser, seguindo-se o rei Seneferu e as suas construções, o planalto de Guiza, aqui chamado «Gizé», o fim da era das pirâmides, o Vale dos Reis, o túmulo de Tutankhamon, o Vale das Rainhas e os túmulos reais de Tânis, aparecendo aqui este nome sem o acento circunflexo.

Com «Os templos, receptáculo do divino» (pp. 96-111) vemos os templos de culto e templos funerários e a organização dos templos de culto, o templo de Amon em Karnak, mais a sul o templo de Lucsor, o templo de Tânis, os templos ptolemaicos, as funções dos templos funerários, os «templos dos milhões de anos» e ainda o grande templo de Seti I em Abido.

Seguem-se os Anexos (pp. 113-128), com «Alguns pontos de referência», onde se sintetiza o essencial dos três mil anos de história do antigo Egipto (p. 113), a Cronologia (pp. 114-115), uma lista de hieróglifos (pp. 116-117), os reis e rainhas (pp. 118-119), as divindades (pp. 120-121), um breve léxico (pp. 122-123), resumo sobre a literatura (pp. 124-125), o «Livro dos Mortos» (pp. 126-128, onde os capítulos são indicados com numeração romana, quando ficaria melhor com os nossos números), rematando a obra com a Bibliografia (pp. 130-131, onde muitas obras não trazem a localidade e outras não mencionam a editora) e o índice (pp. 132-133).

Apenas se lamenta nesta versão portuguesa, traduzida com proficiência a partir do original francês por Teresa Cúvelo, algumas falhas na descrição iconográfica: na p. 20 o deus Osiris está envolto num sudário fúnebre e não «numa cinta», enquanto a deusa Ísis é apresentada como tendo «a cabeça cingida por um trono» quando ficaria mais expressivo indicar que a cabeça está encimada por um trono. A outro nível não é aceitável dizer que o palácio de Amenhotep III, na margem ocidental do Nilo (na região tebana), era «em terra crua», ficaria melhor aludir aos tijolos usados na sua construção (p. 28). Registe-se ainda que quem engoliu o falo de Osiris foi um peixe (oxirinco) e não um ornitorrinco (p. 47), que o deus guia dos

caminhos é Upuauet ou Upuaut e não Apuaiu (p. 90), e que um dos quatro filhos de Hórus chama-se Kebehsenuuf e não Khebeh-Senuf (p. 94). Revela pouca expressividade dizer que a pirâmide de Khafré (Quéfren) é identificável pelo seu «chapéu» (p. 80): trata-se do piramidió de remate. Por outro lado é estranho que o nome do rei Amirteu venha à moda francesa (Amyrtée) na p. 18, e é deveras insólito o nome do rei Filipe Arrideu vir assim, e bem, na p. 20, quando na p. 101 aparece à francesa como Philippe Arrhidée! Outras pequenas anomalias detectam-se na expressão *sah* (o corpo espiritual) que aparece como *sakh* (p. 55), falta o acento agudo em Harpocrates (p. 47) e Khonsumés (p. 57), mas está a mais em Sais (p. 18 e outras), «hipóstila» (p. 26), Sinuhé (p. 28) e Psusennés (p. 115). Acrescente-se que a palavra faraó não precisa de ir em caixa alta como aqui se vê (p. 28 e outras), tal como o cargo de sumo sacerdote (p. 54 e outras), invasor (p. 54), adoradoras divinas (p. 60), porta-insignias (p. 69) e pai-divino (p. 92). As expressões egípcias devem manter-se em itálico e nem sempre essa regra se verifica com *udjat*, *djed*, *sekhem*, *serdad*, *ren*, *akh*, *ba* e *ka*, entre outras. Também é costume nas obras de egiptologia escrever o nome dos papiros em itálico (o *Papiro Ebers* ou o *Papiro Edwin Smith*, por exemplo), o que neste volume não sucede. Enfim, o nome da região sagrada de Mênfis é Ra-setau ou Rosetau e não Ré-Stau (p. 126), e os nomes de zonas funerárias do Faium, presentes em várias páginas, são Dahchur (e não Dachur), Licht (e não Lisht), Hauara (e não Hawara).

Há anomalias que vinham já no texto original. Na p.14 em vez do jogo das damas que um defunto pratica na capítulo 17 do «Livro dos Mortos» devia estar o jogo do *senet*. Não é correcto dizer-se que o rei núbio Pié (aqui vem na forma antiga de Pianki — quando mesmo neste caso devia ser Piankhi) submete o Sul do país depois de vencer Tefnakht: o que ele submeteu foi o Norte (p. 18). Na mesma página aparece a designação um tanto bíblica de «santo dos santos» aplicada ao santuário recôndito do templo de Abu Simbel, o que não é curial. Por outro lado é controverso chamar à coroa azul *kheprech* a «coroa de guerra» (p. 28), e incorrecto redigir «o duat» (o Além) na forma masculina (p. 44) dado que a palavra é feminina: a Duat; pelo contrário, *kheri-hebet* (isto é, o sacerdote leitor) é masculino e aqui vem no feminino (p. 64). O nome do funcionário registado numa caixa para chauabts é Bakamon e não Bakimen (pp. 48-49). Acrescente-se que em vez de «época ptolomaica» (p. 70) devia estar período ptolemaico, dado que se trata de uma fase de uma época histórica mais dilatada, a Época Greco-Romana. O mesmo se passa, na mesma página, com

«época amarniana» que devia ser período amarniano, ou a «época ramséssida» que devia ser período ramséssida (veja-se como antes já tinha aparecido correctamente período ramséssida). Conviria saber que as grandes épocas históricas se dividem por sua vez em períodos.

Na p. 117 conviria emendar algumas imprecisões na identificação de vários signos hieroglíficos: o signo *user* não é um ceptro com cabeça de chacal mas de canídeo, *netjer* é um estandarte e não uma haste envolta em tecido, o signo *setep* não é um machado sobre um cepo mas sim uma enxó de carpintaria. Nas p. 118-119 vem um quadro com os nomes dos reis egípcios em hieróglifos com a tradução de alguns deles na forma grega. É de facto aceitável optar pelos nomes dos faraós na versão grega, mas quando, como é o aqui o caso, se pretende dar a leitura de inscrições hieroglíficas deve facultar-se ao leitor a forma egípcia correspondente ao que está escrito em egípcio.

Luís Manuel de Araújo

AUDE GROS DE BELER, *A Mitologia Egípcia*, Lisboa, Centralivros — Gama Editora, 2001, 134 pp., ISBN 972-791-031-9

Este volume muito bem ilustrado e dedicado a sugestivo tema relacionado com o pensamento religioso do antigo Egipto, apresentamos, por ordem alfabética, os principais deuses do antigo Egipto. Regra geral a organização gráfica dispensou duas páginas a cada divindade e a maioria tem belas imagens que as identificam, sendo a maior parte delas reproduções de objectos da colecção egípcia do Museu do Louvre.

Depois do prefácio de Aly Maher El-Sahed, embaixador do Egipto em França (p. 9), abre logo com Amon, deus que começou por ser venerado em Tebas, considerado nos tempos áureos do Império Novo como o «rei dos deuses» (pp. 12-13); Anúbis (pp. 14-17), Anupu para os Egípcios, é representado com cabeça de canídeo e não como chacal — de resto, os Gregos perceberam bem a situação ao designarem a cidade de Anúbis por Cinópolis (Cidade do Cão); Ápis (pp. 18-19) o touro sagrado de Ptah; Apopis (pp. 20-21), a serpente que procura impedir a viagem nocturna de Ré; Aton (pp. 22-23), o disco solar que estende o signo da vida (e não a «cruz da vida»!) para Akhenaton e sua família na heresia amarniana; Atum (pp. 24-25) é o grande criador na Enéade de Heliópolis, aqui recordada num quadro que inclui também Hórus, o Antigo, e Hórus, o Jovem — convinha